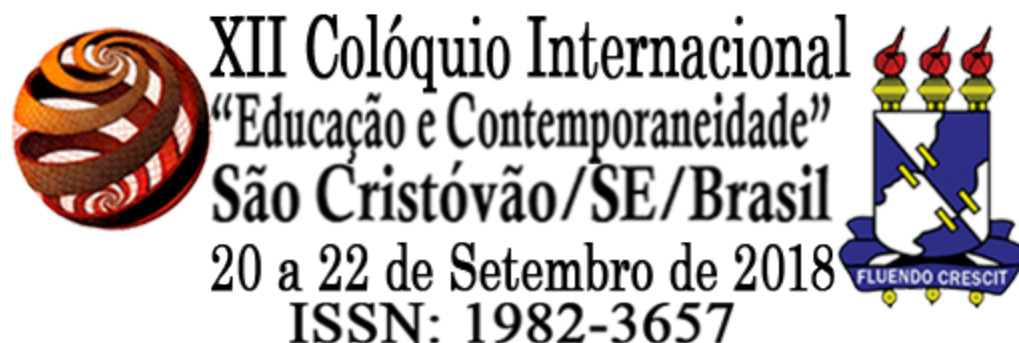




Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: TECENDO OLHARES SOBRE O CURSO DE HISTÓRIA DA UEFS

CAMILA ALMEIDA NUNES BRITO

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

RESUMO

Educar para as relações étnico-raciais trata-se de um grande desafio e requer profissionais capacitados para lidar com as tensões sociais que acabam chegando às escolas. Diante disso, torna-se necessário refletir acerca da formação inicial oferecida aos futuros docentes pelas universidades. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os discursos dos professores de História da UEFS, em especial das disciplinas de História da África, História da América e Estudos Afro-brasileiros, buscando fazer uma breve análise de como estes trabalham a formação de professores para as relações étnico-raciais em seus cursos, de forma a contribuir para futuros estudos relacionados a temática. Para isso, apresentamos aqui alguns conceitos que são fundamentais para a pesquisa, um breve histórico dos marcos legais da educação dos negros e dos povos indígenas e algumas reflexões sobre os discursos docentes.

Palavras-chaves: Educação; Formação Inicial de Professores; Relações Étnico-raciais.

ABSTRACT

To educate for ethnic-racial relations is a great challenge and requires professionals who are able to deal with the social tension that eventually comes to the environment of the school. Therefore, it becomes necessary to reflect about the initial formation given to the future teachers in the Universities. That way, the current paper has the objective to reflect about the speeches of History teachers in Feira de Santana State University, mainly the teachers of History of Africa, History of America, and African-Brazilian Studies, aiming to make a summarized analysis of how these teachers deal in their classes with the process of formation of teachers when it comes to ethnic-racial relations, in a way to contribute to future studies regarding this theme. For this purpose, it is presented here some fundamental concepts for this research, a brief history of legal frameworks about education for black and indian populations and some reflections about the teachers's speeches.

Keywords: Education; Initial Formation of Teacher; Ethnic-racial Relations.

Introdução

Diante do discurso da democracia racial e das tensões sociais que o racismo e seus ecos produzem, educar para a

diversidade, para as relações étnico-raciais é um grande desafio, seja por questões político-pedagógicas, seja por negligência ou desconhecimento sobre a importância desse debate. Sendo assim, torna-se necessário voltar o olhar para a formação inicial de professores oferecida pelas universidades e seu papel na capacitação dos futuros docentes para trabalhar essa temática na sala de aula, combater o racismo e promover uma educação antirracista e multicultural, pois a educação enquanto instrumento de transformação social tem o papel fundamental na construção de novas relações.

Sabendo disso e tendo em vista o que compete às universidades a formação inicial de professores, esse trabalho buscou fazer uma breve análise da formação oferecida pela UEFS no curso de Licenciatura em História, em especial nas disciplinas do currículo obrigatório como História da África, América e Estudos Afro-brasileiros, usando como ferramenta metodológica a pesquisa qualitativa. Para isso, as fontes utilizadas foram: o fluxograma do curso, as ementas e seus respectivos planos de curso/programas das disciplinas selecionadas e entrevistas com os professores que as ministram.

Segundo Ludke e André, “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (1996, p. 1). Dessa maneira, para elaboração deste trabalho e levantamento de dados optamos pela abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa trata-se uma metodologia que busca obter as informações a partir do contato direto entre o pesquisador e seu objeto, pois exige ir a campo para coleta/produção e análise de dados. Esse método trabalha com interpretações das realidades sociais e tem por objetivo explorar as diferentes representações acerca do tema em questão.

O presente trabalho tem como campo de pesquisa o curso de História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Os sujeitos foram os professores que lecionam no curso de História dessa instituição e que ministram disciplinas obrigatórias relacionadas a História da África e Indígena.

A seguir, um quadro com as ementas analisadas:

Disciplina	Ementa	
História da América I- CHF 180	O discurso historiográfico para a América Indígena e pós-conquista. Conquista, ocupação e colonização da América. Gênero e cultura. Resistência indígena e africana. Economia, relações de trabalho. Sociedade colonial, hierarquias sociais e organização político-administrativa. A crise do colonialismo espanhol na América. A produção do conhecimento e o ensino de história nos níveis fundamental e médio.	Diversidade étnico-racial no contexto brasileiro A História do Brasil é fortemente marcada pela colonização, pela escravidão, por diversas formas de opressão e dominação de grupos étnico-raciais específicos. Esta é uma sociedade que pós-abolição não pensou formas/estratégias de integração dos negros e indígenas, deixando-os à
História da América II- CHF 181	Independência na América Espanhola e subsequente construção dos Estados Nacionais. Identidades étnicas e nacionais. Movimentos sociais na América Latina dos séculos XIX e XX. Novos movimentos sociais na América Latina. Neoliberalismo, globalização e integração na América Latina. A produção do conhecimento e o ensino de história nos níveis fundamental e médio.	
História da África I- CHF 191	A historiografia sobre África. A diversidade de Povos e do Território Africano. As sociedades africanas tradicionais e sua desestruturação pelo tráfico de Escravos. Colonização e formação dos Estados Nacionais Africanos. Racismo, Segregação e afrodescendência na África. Cultura e Identidade nas Sociedades africanas pós-colonial; a influência da África na formação do mundo contemporâneo com destaque para o Brasil. Importância dos estudos africanistas para a historiografia da escravidão e das populações negras no Brasil. A produção do	

	conhecimento e o ensino de história nos níveis fundamental e médio.	margem social. Dentro dessa conjuntura, esses sujeitos atuaram de diversas formas na busca de liberdade, igualdade e inserção.
Estudos afro-brasileiros- CHF 198	Relações Étnicas e Raciais no Brasil. Abordagens Históricas, Antropológicas e/ou Sociológicas que analisam as experiências, discursos e valores dos Afro-brasileiros. Estudos da História e Cultura Afro-Brasileira. A produção do conhecimento e o ensino de história nos níveis fundamental e médio.	

A questão racial no Brasil assumiu características próprias e apesar de alcançados alguns avanços ainda há uma resistência muito grande quanto ao reconhecimento da existência do racismo e da desigualdade social. Uma das particularidades desse racismo à brasileira é a ambiguidade, a sua negação. Convivemos com um racismo velado, com o mito da democracia racial, um discurso bastante defendido por Gilberto Freyre na década de 1930 e por muitos anos reproduzido e reforçado. Nele é defendida a ideia de que diferentes grupos étnico-raciais têm as mesmas oportunidades e convivem harmonicamente. Contudo, segundo Rachel de Oliveira e Flávia Alessandra de Souza (2012), os estudos realizados por Florestan Fernandes (1960), e posteriormente os dados levantados pelo censo de 1980, ratificam que os brancos, negros e indígenas possuem trajetórias diferentes, tendo o grupo racial branco como o mais favorecido. Dessa forma, o racismo ambíguo serviu para o fortalecimento das desigualdades entre negros e brancos, perpetuação de estereótipos que persistem até os dias atuais em um país que possui uma grande diversidade cultural e racial como o Brasil.

Essas tensões raciais acabaram sendo reproduzidas nas escolas, no sistema escolar como um todo, desde a educação básica ao ensino superior. De acordo com Nilma Lino Gomes (2001; p. 85), o acesso e a permanência bem sucedida na escola são diferentes de acordo com raça/etnia e que é possível perceber que os percursos dos alunos negros são muito mais complexos do que a dos brancos, podendo constatar isso a partir dos índices de reprovação das escolas públicas. Para ela, esses índices demonstram como a educação escolar está diretamente relacionada às desigualdades raciais.

Por isso, aponta a necessidade de uma educação antirracista, capaz de reconhecer e respeitar as diferenças/diversidade e promover mudanças no cenário brasileiro, pois educação é vista por eles como uma forma de intervir, mudar valores, imaginários, comportamentos na busca pela equidade.

Formação inicial de professores e as relações étnico-raciais

A formação de professores é um tema que a todo tempo requer reflexão, pois ser professor é um exercício constante de pesquisa e de autorreflexão da sua prática. Além de ser uma temática bastante complexa, requer estudos, principalmente porque as pesquisas existentes em sua maioria indicam insuficiências e lacunas nos cursos de formação. Nóvoa (1995) aponta que a formação deve estimular uma perspectiva que forneça aos professores formas de um pensamento autônomo: “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos, ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal” (NÓVOA, 1995, 25).

A formação inicial deve se articular no tripé ensino-pesquisa e extensão. Partindo dessa análise, nota-se então a importância dos estágios supervisionados para as licenciaturas e a necessidade de pensar o estágio como um campo de reflexão crítica que articule a teoria e a prática a fim de proporcionar meios de se produzir os saberes fundamentais à docência, caracterizando-se, então, como um momento indispensável para a formação, principalmente enquanto um profissional reflexivo. Nessa perspectiva, a escola deixa de ser um local de depósito de conhecimentos adquiridos na universidade e passa a ser um espaço de construção de conhecimento, de saberes, de pesquisa e de reflexão da prática docente.

Tendo em vista que compete às instituições de ensino superior a formação para as relações étnico-raciais, as disciplinas relacionadas a História da África, Estudos Afro-brasileiros, América e Indígena ou ainda sobre relações étnico-raciais, não devem/deveriam ser ofertadas como optativas/eletivas, e sim como obrigatórias, haja vista que é

necessário capacitar/instrumentalizar os profissionais docentes para enfrentar esses temas na sala de aula, pois um profissional capacitado saberá lidar com os desafios diários que serão submetidos e também a selecionar melhor os materiais e a desconstruir estereótipos presentes nos materiais didáticos.

Para compreendermos as relações étnico-raciais torna-se necessário discutir dois conceitos: *raça* e *etnia*. Por muito tempo, principalmente durante o século XIX, ao termo “raça” foi atribuído um sentido biológico, fruto de um discurso científico, racista e equivocado que classificava as “raças” como superiores ou inferiores. Hoje, sabe-se que, no que diz respeito à espécie humana, essa classificação não existe, contudo, esse termo ainda continua sendo utilizado pelo Movimento Negro e alguns sociólogos, mas não mais com o sentido biológico, foi dado a ele uma nova interpretação, um sentido agora social, histórico e político. Dessa forma, Nilma Lino Gomes explica o seu uso:

usam-no porque a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz presente na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas. (GOMES, 2005, p. 45)

De acordo com Nilma Lino Gomes, por causa do racismo presente na nossa sociedade e por levar em consideração a multiplicidade que envolve a história dos negros no Brasil é que os militantes não abandonam o uso do termo. A justificativa se fundamenta na forte presença das desigualdades socioeconômicas provenientes da diferença de cor entre negros e brancos.

Sobre o termo, Antônio Sergio Guimarães apresenta o seguinte conceito:

“raça” é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Essa definição também parte do pressuposto de que não existem raças biológicas e que “raça” só há na realidade social. Por outro lado, existem profissionais que dão preferência ao uso do termo *etnia* ao termo *raça*. A crítica se fundamenta na ideia que o uso do termo “raça” remete a uma divisão da humanidade em grupos superiores e inferiores. A preferência do termo *etnia* também se dá por conta de que ele é usado para englobar povos diversos como negros, índios, judeus, dentre outros. Sendo assim, de acordo com Nilma Lino Gomes pode-se entender por *etnia*

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas (CASHMORE *apud* GOMES, 2005, p. 50).

Pensando uma formação que contemple as diferenças étnico-raciais, que promova uma educação pluriétnica, multicultural e antirracista foram criadas duas leis para o ensino regular.

A Lei 10. 639/03 foi criada com o objetivo de incluir, de forma obrigatória, o ensino da cultura afro- brasileira nos currículos oficiais das escolas em todo território nacional. Posteriormente, em 2008, foi sancionada uma lei complementar (11.645/08) que tornava obrigatório o Ensino da História e Cultura Indígena, nas escolas em todos os níveis de ensino. Essas leis foram resultados de anos de lutas travadas por vários setores da população negra e indígena e visam promover a igualdade, a inclusão, a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, romper com a visão eurocêntrica e etnocêntrica imposta na sociedade e percebê-los enquanto sujeitos históricos que muito contribuíram para a formação da identidade nacional do Brasil.

Contudo, não se pode perder de vista que a obrigatoriedade das leis não garante que sejam postas em prática. A realidade vivida pela maioria dos professores nem sempre contribui com a luta do Movimento Negro e Indígena, pois muitas vezes o despreparo e a falta de conhecimento suficiente sobre a cultura afro-brasileira e indígena, e sobre as relações étnico-raciais para ministrar as aulas, a falta de recursos didáticos são alguns percalços que acabam dificultando a aplicação das leis.

Sabe-se que a formação de professores é dever do Estado e responsabilidade das universidades. Dentro dessa perspectiva, muitas são as instituições de ensino superior- IES (presenciais ou à distância) e variados cursos que formam professores para atuarem na educação básica, cada um com seus currículos, com suas perspectivas e suas especificidades, mas todos tem a responsabilidade de atender o que foi estabelecido na Resolução CNE/CP 1/2004. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, cabem às IES dentre outras responsabilidades: “Capacitar os(as) profissionais da educação a incluírem a História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares, assim como novos conteúdos, procedimentos, condições de aprendizagem e objetivos que repensem as relações étnico-raciais.” (BRASIL, 2006 p. 124)

Todavia, sabe-se que a efetivação da legislação a respeito das relações étnico-raciais e da educação envolvem concepções políticas, pedagógicas e ideológicas e os sentidos atribuídos a educação multicultural. Em muitos casos ocorre a negligência da discussão acerca das relações étnico-raciais nos currículos das licenciaturas, evidenciando a presença do mito da democracia racial.

Proporcionar uma formação inicial para as relações étnico-raciais é desenvolver nos estudantes (futuros docentes), habilidades que permitam contribuir para efetivação de uma educação antirracista; capacitá-los a produzir e analisar criticamente os materiais didáticos e paradidáticos, visando atender o que é proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e pela Lei 11.645/08; e promover a reflexão acerca do racismo, da discriminação racial e as desigualdades geradas por eles, capacitando-os então a intervir de forma positiva nas diversas situações impostas no dia a dia e principalmente na sala de aula.

Dessa maneira, cabe às IES garantir uma formação adequada aos professores, incluindo em seus currículos conteúdos e disciplinas relacionadas à temática, incentivar pesquisas na área, pois a abordagem das relações étnico-raciais na educação básica depende muito da formação inicial proporcionada aos professores e demais profissionais que atuam na educação. Porém, se faz necessário incentivar a pesquisa em torno da questão étnico-racial e fazer “chegar à escola e sala de aula, alterando antes os espaços de formação docente” (BRASIL, 2006, p. 126).

Munanga (2005; p. 15) aponta que os educadores/educadoras brasileiros não recebem em sua formação o necessário para lidar com a problemática da diversidade e essa falta de preparo compromete a formação humana pelas quais estes são responsáveis. Evidentemente, a construção dos saberes necessários para a prática docente não é somente responsabilidade das instituições de ensino e dos professores do curso, como se o futuro docente fosse um mero receptor de informações. Ele faz parte do processo de ensino-aprendizagem e como tal deve assumir um papel ativo na sua formação, buscando sempre aperfeiçoar o que foi ensinado e delineando sua formação. Contudo, a responsabilidade maior cabe ao professor. O mesmo deve instrumentalizar o aluno, proporcionando o conhecimento básico necessário na construção da sua identidade profissional.

No que diz respeito ao curso de História da UEFS e à formação para as relações étnico-raciais, pode-se perceber a partir do seu currículo que este não é seu foco principal e quando é dada atenção está direcionada principalmente ao negro. Em relação questão indígena, a professora Zeneide Rios de Jesus^[1] produziu um texto em defesa da inserção da disciplina *História dos povos Indígenas e do Indigenismo no Brasil* neste curso e a adoção de política de cotas para os estudantes pertencentes a esse grupo étnico, denunciando a invisibilidade e atraso não somente da UEFS, mas também nas universidades de todo o Brasil. Logo nas primeiras páginas ela escreve que

as inquietações e o estranhamento diante da presença indígena, da inserção de uma disciplina que aborda a história desses povos e as ações desenvolvidas pela UEFS não são

tratadas de forma consensual e relacionam-se às formas tradicionais de tratamento para com os povos indígenas dispensadas tanto por uma produção historiográfica quanto pelas imagens que foram construídas e ainda vigoram a cerca desses sujeitos (JESUS, 2011, p. 02).

Assim, ela denuncia o silenciamento, a omissão e a manutenção dos preconceitos em torno dos povos indígenas e aponta que é necessário uma História do Brasil que leve em consideração as questões desses povos e que eles sejam vistos como sujeitos históricos atribuindo essa tarefa ao historiador. Zeneide Rios[i] aponta que não se trata apenas do cumprimento da Lei 11.645, mas sim romper com a visão estereotipada, genéricas atribuída a eles. A partir disso a professora levanta algumas reflexões bastante importantes para esse trabalho:

Quantos estudantes do curso de História em nossas universidades discutiram as questões indígenas ao longo das divisões clássicas da História do Brasil Quantos debateram sobre os problemas desses povos na formação do Império Brasileiro e na implantação da Republica como parte integrante dos conteúdos da história do Brasil Quantos puderam verificar as ações do Governo Vargas junto aos povos indígenas, assim como o que ocorreu com os mesmo na Ditadura Militar Ora, as sociedades indígenas desaparecem nas ementas dos cursos de História do Brasil, ela está restrita apenas a ementa do curso de Brasil colonial e ainda assim, é possível se planejar um curso de Brasil I a partir da História europeia na qual os povos indígenas figuram em breves momentos iniciais como meras vítimas dessa invasão. (JESUS, 2011, p. 08).

O lugar das discussões sobre as relações étnico-raciais no curso de história da UEFS

“As tensões raciais estão chegando às escolas brasileiras. Em boa hora. Se não há como ocultá-las e silenciá-las na sociedade, não haverá como teimar em ocultá-las e silenciá-las no sistema escolar como um todo, da educação infantil à superior” (ARROYO, 2010; p. 11).

De acordo com os PCN, a escola é um lugar privilegiado na busca pela igualdade e no combate e eliminação do racismo. Todavia, isso requer profissionais capazes de promover uma educação multicultural, de construir novas relações étnico-raciais, uma educação antirracista. Dentro dessa perspectiva, se faz necessário refletir sobre o lugar que as discussões sobre as relações étnico-raciais tem ocupado no curso de História da UEFS.

Ao voltarmos o olhar para o fluxograma/grade curricular do curso, pôde-se perceber que ele possui uma influência muito grande do eurocentrismo, apesar de uma grande tentativa de se romper com isso, ainda é um currículo bastante tradicional. O fluxograma apresenta treze disciplinas[ii] de conhecimento específico que partem sempre de teóricos, fatos e conhecimentos produzidos ou vistos por uma perspectiva europeia, mesmo quando em casos particulares os professores que ministram essas disciplinas tentem apresentar vertentes diferentes, com outros focos, há um predomínio eurocêntrico.

Assim, formar profissionais para as relações étnico-raciais se torna um grande desafio apesar das exigências legais, das fortes pressões feitas pelos movimentos sociais e indicativos de necessidade de repensar as práticas pedagógicas nas universidades. A questão do negro aparece muito numa perspectiva colonialista e escravagista, o indígena preso no período colonial e pouco se trabalha a situação desses grupos atualmente, os problemas enfrentados por eles, as conquistas, uma representação positiva a fim de fortalecer e valorizar as identidades desses grupos.

Ao questionar os entrevistados sobre a importância da disciplina por eles ministradas, para a compreensão das relações étnico-raciais, todos afirmaram ser fundamental para alcançar tais objetivos.

E1: Então assim, não dá pra gente falar como eu exemplifiquei antes, não dá pra você discutir cultura grega se você não sabe nada da Grécia, não dá pra você discutir a cultura afro-brasileira se você não tem nenhum conhecimento sobre o continente africano e essa é a realidade que a gente vivencia, diferente de outras áreas da História. (...) Então, por isso

que eu digo, enquanto os alunos chegam na universidade com um conhecimento, com uma bagagem de História mínima em relação a outras espacialidades, em relação a História da África é nula, é nada praticamente, então a gente tem que partir do zero, então eu acho que esse é a relevância, é o papel da disciplina pra contribuição pra essas discussões. É dotar o estudante desse dessa bagagem mínima a partir do qual eles vão poder pensar criticamente e de forma minimamente fundamentada essas relações que eles estão discutindo.

E2: (...)eu acho que a gente precisa se compreender como formação histórica mais ampla (...) Parece que o Brasil tá isolado do restante da América Latina, quando a gente vai estudar escravidão, quando a gente vai estudar resistência (...)e acho que tenho uma contribuição muito interessante e aí por esse lado, por talvez uma perspectiva de pensar em outras experiências de organização política. É, talvez mais avançadas, ou talvez menos avançadas, sei lá, do que a nossa quando a gente fala de áreas que também produziram seus mitos, também produziram suas formas de exclusão e eu acho que é sempre uma aprendizagem, por experiências coloniais também que são muito próximas.

E3: Eu acho que é uma importância fundamental, sabe Porque o estudante que faz a disciplina ele começa compreendendo como ela se constituiu e como os estudos afro-brasileiros foram formados, foram agregados a ponto de se tornar uma disciplina. Então ela é fundamental pra esclarecer, pra discutir questão que muitas vezes não são discutidas em muitas disciplinas, como as questões da relações raciais, das relações étnicas, então é uma disciplina que eu acho que é fundamental pra o aluno de História e às vezes de outras disciplinas.

Pode-se perceber que apesar das disciplinas trabalharem conteúdos importantes, relacionados com a temática, apenas uma delas (E3) menciona as relações étnico-raciais e usa como justificativa o fato dessas questões muitas vezes não são discutidas em outras disciplinas. Quanto à fala do entrevistado 1, o qual justifica que não se pode discutir a cultura afro-brasileira se não houver conhecimentos prévios sobre o continente africano, dá margem a outras leituras. Os alunos não chegam à universidade sem saber nada sobre a África, como afirmado por ele. De fato, o conhecimento é muito pouco, mas não é nulo (apesar de marcado por estereótipos), pois na educação básica são trabalhados conteúdos como colonização, escravidão, abolição, imperialismo, a África Negra antes dos europeus e outros, mesmo que numa perspectiva negativa ou que não valoriza a História e cultura africana e afro-brasileira, mas são trabalhados. O que já suficiente para entender como se constroem as relações étnico-raciais no Brasil e perceber que estas atualmente são reflexos de todo esse passado histórico, além de perceber e vivenciar essas tensões sociais no dia a dia.

Todavia, cabe destacar pontos positivos no currículo de História da UEFS. Ele possui disciplinas muito importantes para a discussão e compreensão das relações étnico-raciais. Ter disciplinas como África, América (I e II) e Estudos Afro-brasileiros é um avanço muito grande, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas com a pequena carga horária para conteúdos tão amplos e complexos. Porém sinalizamos que ainda há muito a se fazer, a desconstruir/construir.

Outro ponto que auxilia na avaliação do lugar dessas discussões no curso é sobre os conceitos que são imprescindíveis para a compreensão das relações étnico-raciais como: raça, racismo, discriminação, preconceito, dentre outros. Ao perguntar aos professores se estes eram trabalhados em suas disciplinas, obtivemos as seguintes respostas:

E1: Sim, alguns deles. Bom, porque alguns deles Primeiro porque como eu te disse eu entendo que esse deve ser um uma discussão que deve permear diferentes componentes curriculares e eu tenho especificidade que você sabe disso, você fez a disciplina, vou repetir aqui pra efeito de registro que é a necessidade de trabalhar um conteúdo que compreende na verdade 4.000 anos em 60 horas. É obviamente que é impossível trabalhar

esse conteúdo de forma pontual ponto a ponto.

E2: “Olha, assim, eu acho que são conceitos que passam alguns conteúdos que a gente trabalha em sala de aula em determinados momentos”.

E3: São conceitos trabalhados em minha disciplina assim como toda a História dos estudos afro-brasileiros. E eu compreendo e discuto em minha disciplina como a questão do racismo se instalou, se instala e como a questão do afrodescendente, do negro é ainda muito difícil no país que é muito racista. Mas nós não deixamos de tratar porque a disciplina ela é basicamente essa discussão, discriminação, da mestiçagem, saber do que isso significa, do racismo, do preconceito. Então são questões que a gente discute e que é como um cerne na disciplina, é um núcleo, núcleo duro da disciplina.

Percebemos que dois dos entrevistados (E1 e E2) afirmam que trabalham alguns dos conceitos à medida que eles aparecem no conteúdo, ou seja, de forma contextualizada. Todavia, o entrevistado 1 justifica que ele entende que essas discussões devem permear diferentes componentes curriculares e que é impossível trabalhar esse conteúdo de forma pontual com uma carga horária de 60 horas e dar conta de 4.000 anos de História.

Ao comparar as falas com os programas das disciplinas desses dois entrevistados, nota-se que E1 traz em seu planejamento textos que tratam os conceitos em questão de forma integrada, contudo, dá ênfase na temática escravidão. O entrevistado 2 também traz textos que tratam sobre a escravidão e apenas um que trata sobre a questão do preconceito racial, todavia, também no período colonial.

Considerações finais

Este trabalho buscou compreender como os professores da UEFS, das disciplinas de História da África, História da América I e II e Estudos Afro-Brasileiros trabalham a formação de professores para as relações étnico-raciais. Sem pretensão de que este trabalho seja tomado como conclusivo, buscamos através dos discursos dos entrevistados responder a inquietações levantadas durante a pesquisa.

Do ponto de vista adotado nesse trabalho, a formação inicial de professores é dever do Estado e responsabilidade das Universidades. As IES devem ser capazes de instrumentalizar o futuro docente para trabalhar com as relações étnico-raciais na sala de aula, proporcionar acesso a leituras e debates para que futuramente ele possa se posicionar criticamente diante das situações socialmente impostas, produzir, avaliar materiais didáticos ou até mesmo revertê-los de forma positiva.

Diante de tudo que foi apresentado, percebemos que a questão étnico-racial ainda demanda maior atenção nas discussões das disciplinas selecionadas para esta pesquisa. Na maioria delas essa temática é pouco trabalhada e quando aparecem recebem atenção insuficiente, integradas a outros conteúdos, relegadas a segundo plano. A situação é ainda mais delicada se pensarmos as relações étnico-raciais para a sala de aula. Em um país onde as desigualdades, o racismo e o preconceito são tão fortes, como é o caso do Brasil, essa temática deveria receber mais visibilidade, ser mais problematizada e estar mais presentes nas discussões. É necessário romper com os currículos eurocêntricos a fim de promover uma educação que abarque os mais diversos grupos étnicos e que seja capaz de promover a igualdade de direitos e oportunidades a todos.

Todavia, pontos positivos foram identificados no currículo do curso, mesmo com todas as dificuldades e limitações identificadas, mesmo que com dificuldades de carga horária, a UEFS possui disciplinas como História da África, América e Estudos Afro-brasileiro que são de grande contribuição para discutir a temática. Apesar de constatar também a necessidade de mais estudos sobre as relações étnico-raciais, sobre o curso de História.

REFERÊNCIAS

Fontes audiovisuais

ENTREVISTA 1. [15 de Março de 2015]. Feira de Santana. Entrevista concedida a Camila de Almeida Nunes Brito.

ENTREVISTA 2. [11 Maio de 2015]. Feira de Santana. Entrevista concedida a Camila de Almeida Nunes Brito.

ENTREVISTA 3. [26 de Março de 2015]. Feira de Santana. Entrevista concedida a Camila de Almeida Nunes Brito.

Bibliografia

ARROYO, Miguel González. A Pedagogia Multirracial Popular. In: **Um olhar Além das Fronteiras: Educação e Relações Étnico-raciais**- Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas**. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília, 1997. Disponível em: [Data de acesso: 13/08/15].

GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: **Racismo e Anti-racismo na Educação: repensando nossa escola**- São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. &39;ed.**Brasília: SECAD/MEC, 2005, v., p. 39-62.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos Indígenas e História do Brasil: Invisibilidade, Silenciamento, Violência e Preconceito. Disponível em: [Data de acesso: 13/06/15]

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NÓVOA, Antônio (1992a). Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

OLIVEIRA, Rachel de; SOUZA, Flávia Alessandra de. Educação e Relações Étnico-raciais. Disponível em:<
<http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/educacao-relacoes/modulo.pdf>> [Data de acesso: 11/09/15].

[1] Zeneide Rios de Jesus, mestre em História do Brasil pela UFBA, professora da UEFS, ministra as disciplinas de História do Brasil Colônia (Brasil I) e História Indígena e do indigenismo no Brasil, doutoranda em História Social na UFBA.

[1] Fundamentos da Educação; História e Teoria I; História e Teoria II; Seminário Interface: Filosofia e História; História da Antiguidade; História Medieval; Seminário Interface: Sociologia e História; História Moderna; Seminário Interface: Antropologia e História; Contemporânea I; Contemporânea II, Seminário Interface: Ciência Política e História)